

PRAGMATISMO E LINGUÍSTICA: INTERFACES E INTERSECÇÕES

PRAGMATISM AND LINGUISTICS: INTERFACES AND INTERSECTIONS

Rodrigo Augusto de Souza

Universidade Estadual de Maringá (UEM) – Brasil

rodrigoaugustobr@yahoo.com.br

Ana Cristina Jaeger Hintze

Universidade Estadual de Maringá (UEM) – Brasil

acjhintze@wnet.com.br

Resumo: Este trabalho procura apresentar o tratamento oferecido pelo pragmatismo à questão da linguagem. O pragmatismo como filosofia sempre teve na linguagem uma de suas preocupações fundamentais. A obra de Charles Peirce (1839-1914) ofereceu grande destaque a esse tema. Podemos afirmar que a linguagem é uma categoria central da filosofia de Peirce e do pragmatismo norte-americano, que surgiu a partir do seu pensamento. A semiótica de Peirce perpassa toda tradição filosófica iniciada nos Estados Unidos. No pensamento de John Dewey (1859-1952), por exemplo, ela fomentará a noção de “significação”, também denominada de “reconstrução da experiência”. Nosso objetivo é mostrar como a pragmática linguística, ancorada no pragmatismo norte-americano, e aliada à filosofia da linguagem, especialmente com Wittgenstein (1996), e, posteriormente, com os estudos de Grice (1975), Austin (1955); (1962) e Searle (1981) propõe um modelo teórico e metodológico para considerações da língua em uso.

Palavras-chave: Pragmatismo. Linguagem. Pragmática. Linguística.

Abstract: This paper seeks to present the treatment offered by pragmatism to the issue of language. Pragmatism as a philosophy has always had language as one of its fundamental concerns. The work of Charles Peirce (1839-1914) provided this subject with great prominence. We may claim that language is a central category of Peirce's philosophy and the North American pragmatism, which emerged from his thought. The semiotics of Peirce permeates all the philosophical tradition started in the United States. In the thought of John Dewey (1859-1952), for instance, it fosters the notion of "significance," also called "reconstruction of experience." Our aim is to show how the linguistic pragmatics – rooted in the North American pragmatism and joined to the philosophy of language, especially in Wittgenstein (1996) and, later on, in Grice (1975), Austin (1955 and 1962), and Searle (1981) – proposes a theoretical and methodological model for the study of language in use.

Keywords: Pragmatism. Language. Pragmatics. Linguistics.

Introdução

O pragmatismo tem na linguagem uma de suas questões fundamentais. Desde o seu surgimento, com o pensamento de Charles Peirce (1839-1914) e a semiótica, o pragmatismo mostrou o lugar central da linguagem no âmbito de suas discussões filosóficas. Essa preocupação afetou, de certo modo, a produção intelectual de todos os filósofos pragmatistas. Com isso, teve início uma forma de se produzir filosofia inspirada nas ideias lançadas pela semiótica de Peirce. Os estudos da linguagem, iniciados a partir do pragmatismo têm uma fronteira pouco definida em relação ao neopragmatismo e o positivismo lógico ou neopositivismo. Todas essas “filosofias” pertencem à tradição empírica. Outro marco para a questão da linguagem é a filosofia analítica e a filosofia da linguagem, em suas variadas vertentes.

A abordagem oferecida pelo pragmatismo à questão da linguagem chegou também ao campo da linguística, fomentando contribuições para o estudo da língua, dos mecanismos de estruturação da gramática, do léxico e da comunicação. A “pragmática” surgiu como uma parte da linguística. O nosso trabalho se concentrará nesse “contato” entre a filosofia de tradição pragmatista e a linguística, tendo na pragmática ou no “pragmatismo linguístico” a consolidação dessa aproximação.

As teorias da linguagem, ainda que na área da significação, não podem ser praticadas como se fossem absolutamente específicas. Afinal de contas, não é razoável falar-se do significado como característica da racionalidade humana sem que sejam consideradas propriedades cognitivas e lógicas, sobre as quais a neurociência e a computação, hoje, por exemplo, têm muito a dizer. Exatamente por isso, as teorias da linguagem apresentam, cada vez mais, recursos empíricos e formais para o tratamento de velhas e obscuras questões semânticas que a tradição especulativa, no interior das disciplinas sociais, não pode elucidar. (COSTA, 2002, p. 11).

O nosso trabalho procurará responder a algumas perguntas: Que tratamento a questão da linguagem recebe em Peirce, James e Dewey? Quais as interfaces e intersecções podem ser estabelecidas entre pragmatismo e linguística? Nossa atenção voltará para os temas da linguagem, da comunicação e do conhecimento no pragmatismo, evidenciando as influências e as motivações para os estudos linguísticos atuais, sobretudo com as noções de *uso* e *contexto*. Serão autores importantes para o nosso estudo: Wittgenstein (1996), Grice (1975), John Austin (1955) e (1962) e John Searle (1981) por oferecerem um quadro mais amplo para a descrição do fenômeno da linguagem. São esses questionamentos que buscamos esclarecer. Nos dias atuais, o pragmatismo e a linguística, no viés da pragmática, possuem um lugar comum: o empirismo. Vamos discutir essa problemática em nosso estudo.

1. Peirce e a Teoria dos Signos

A filosofia de Charles Peirce, ao lançar as bases do pragmatismo, trouxe importantes contribuições para o entendimento da linguagem. Sua compreensão da relação entre o pensamento e o signo foi responsável pelo surgimento da semiótica, uma verdadeira transformação da compreensão de comunicação e dos processos da linguagem. O signo e o pensamento estão unidos de tal forma que não há separação. Pensar é significar, conferir um sentido pessoal e intransferível para a linguagem e para o próprio conhecimento. Uma mudança na categoria de pensamento passa necessariamente pela substituição de um modelo lógico insuficiente para viabilizar o pensamento como ato de significar.

Decorre de nossa própria existência (que é provada pela ocorrência da ignorância e do erro) que tudo que está presente a nós é uma manifestação fenomenológica de nós mesmos. Isso não impede que seja também a manifestação de algo fora de nós, do mesmo modo que o arco-íris é, ao mesmo tempo, uma manifestação tanto do sol quanto da chuva. Quando pensamos, então nós mesmos, tal como somos naquele momento, aparecemos como um signo. (PEIRCE, 1992a, p. 38).

De acordo com Shook (2002), Peirce pediu que sua teoria fosse chamada de “pragmaticismo”, para se distanciar de outras que se chamavam também pragmatismo, em fins do século XIX. Seu pensamento inspirou duas gerações de pragmatistas: James e Dewey. As obras que escreveu estimularam os principais avanços no campo da lógica no século XX. Peirce revigorou com suas obras a metafísica, a filosofia da linguagem, a filosofia de processos, a teologia, a semiótica e o interacionismo simbólico, além de sua influência na escola neopragmatista.

Outra preocupação que Peirce levou para o pragmatismo foi o dualismo que havia marcado as tradições filosóficas até então. Para Peirce, a solução dos dualismos é o empirismo. Não o empirismo dualista que contrapõe de um lado a existência da experiência e de outro o mundo físico.

A teoria de Peirce é chamada de “realismo científico”: combina a experiência empírica das coisas naturais reais. Há aquelas que podem ser experimentadas e aquelas que não podem ser experimentadas de forma alguma. Peirce fazia o esforço para compreender o entendimento humano. Para isso, faz uso do conceito de categoria, o que demonstra proximidade com a filosofia kantiana no início de sua trajetória intelectual. Tudo o que está na experiência pode ser “categorizável”. Peirce vai utilizar da seguinte denominação para classificar os tipos de experiência humana; Mônada, Díade e Tríade.

Por estar relacionado com conceitos do empirismo, e mais ainda, por propô-lo em sua filosofia, Peirce foi classificado por alguns críticos como um “empirista metafísico”. Aliás, essa é uma acusação que pode ser aplicada a todo o pragmatismo.

Em sua compreensão de ciência, Peirce notou que, para haver progresso científico, é preciso que os cientistas tenham a habilidade de postular sobre coisas não observáveis. Nas três categorias que classificam os tipos de experiência, temos a seguinte definição: Qualidade, Relação e Representação. Trata-se de uma nova lista de categorias. Peirce empreendeu uma busca por nomeá-las até chegar ao nome que mais lhe aprouve adotar. Na obra *O Que é Signo?*, de 1867, ele as chama de: Sensação, Reação e Pensamento. Por fim, chegou aos nomes de: Mônada, Díade e Tríade.

Para Shook (2002), Mônada deve ser entendida como a categoria que retém em si parte de uma sensação pura na experiência de uma pessoa. Constitui-se como uma experiência no plano da sensação. Não estabelece comparação, não leva ao pensamento. Situam-se aqui os eventos que fazem parte da aura da consciência, onde estão presentes sons suaves “flashes” de cor e forma e sensações sutis. São relações na qual o objeto entra em contato consigo mesmo. A Díade é a categoria da reação e do contraste. Duas qualidades simultâneas são experimentadas enquanto relacionadas com outra, produzindo uma sensação de contraste e colisão. Trabalha com a idéia de diferença, da comparação. A definição de uma depende da outra, porém as realidades não são iguais, são vistas em comparação. São definidas pela comparação que retém em si a relação de força e repulsão, em que um objeto se relaciona com outro objeto. São relações dinâmicas nos eventos. Por Tríade compreende a categoria de mediação entre a categoria monádica em conflito com a experiência diática. Essa é uma categoria de controle e significado. Tenta produzir pela experiência uma reação desejada. Tríades envolvem a compreensão dos signos. O signo faz a mente tencionar algo fora dela e que possa ser experimentado.

As três categorias levam à teoria dos signos, isto é, para a semiótica. Peirce apresentou argumentos contrários ao racionalismo das “verdades absolutas”. Podemos notar aqui a contribuição de Peirce no campo da lógica e da linguagem, como já afirmamos no começo do nosso estudo.

O pensamento peirceano, que ele mesmo denominou de pragmaticismo, está relacionado com suas concepções de semiótica, lógica e linguagem. Entre as primeiras ideias que podemos apontar, citamos a de que o conhecimento deriva de nossa experiência primeira do mundo e das realidades. Essa ideia leva ao raciocínio hipotético. O ato de cognição é determinado por atos de cognição anteriores, de tal forma que um raciocínio leve ao outro, uma experiência também leve a outra e assim sucessivamente. O pensamento depende do uso de signos. Não podemos pensar sem o uso de signos. Não podemos conceber o absolutamente

cognoscível, já que a experiência de conhecimento é sempre vista com fins úteis que respondem às necessidades dos indivíduos nos contextos onde eles estão inseridos.

Ora um signo tem, como tal, três referências; o primeiro, é um signo para algum pensamento que o interpreta; é um signo de algum objeto ao qual, naquele pensamento é equivalente; terceiro, é um signo, em algum aspecto ou qualidade, que o põe em conexão com seu objeto. (PEIRCE, 1992b, p. 283).

O conhecimento não se inicia com nossa própria experiência psíquica. O conhecimento adquirido precisa da contribuição da experiência psíquica, mas não se reduz exclusivamente a ela. Ele também precisa da colaboração de outros tipos de conhecimentos já adquiridos. Não se trata de uma regressão ao infinito. Peirce fala de graus e níveis de cognição. O pensamento é dotado de símbolos e de sentido e também está relacionado com o significado simbólico. Aqui estamos próximos da linguagem, na esfera do signo e do símbolo.

Toda realidade possui significado: o que é incognoscível não pode ser concebido. O pensamento é um processo de interpretação de signos e deve estar relacionado à ação humana no mundo. Manter hábitos e controlá-los é uma única maneira de sobreviver. Para haver atividades, o organismo precisa interagir com seu ambiente para alterá-lo de alguma maneira. Hábitos são modos de alterar o ambiente. Para Peirce, o erro do empirismo do século XVII foi considerar a experiência passiva. Segundo seu pensamento, a experiência é uma interação do organismo com o mundo. Por isso, experimentar é agir sobre o ambiente e transformá-lo segundo nossos interesses. “O empirismo em si não equivale ao pragmatismo. Mas quando ele se une ao naturalismo darwiniano o resultado é o pragmatismo.” (SHOOK, 2002, p. 53).

A experiência de conhecimento para Peirce se dá em um plano que vai da crença, que ele mesmo chama de fé, à formação de hábitos, que alteram o comportamento humano e levam então a novos modos de ação. Peirce classifica os signos como naturais, isto é, aqueles estabelecidos em nossa relação com o mundo. Eles emergem das relações triádicas na experiência que une duas realidades: o organismo que interage com o objeto e o objeto que responde com consequências observáveis na experiência do organismo. Signos não são apenas objetos físicos. Eles fazem parte da experiência humana, do organismo natural. Signos são ferramentas e o pensamento é o controle do uso dos signos. O pensamento controla os hábitos e eles, por sua vez, correspondem ao uso dos signos, uma relação entre o signo, objetivo e o interpretante.

[...] Defino um argumento como signo que é representado em seu interpretante, não como signo daquele interpretante (a conclusão) – para o que seria preciso apresentá-lo ou defendê-lo – mas como se fosse um signo interpretante, ou talvez, como se fosse um signo do estado universo a que se refere no qual as premissas são aceitas sem discussão. (PEIRCE, 1992b, p. 337).

Peirce apresenta três tipos de signo, *representâmens* como ele mesmo denomina. São eles: o ícone, o índice e o símbolo. O ícone representa a mônade qualitativa, que abriga em si um poder de interpretação do objeto representado pelo signo. Na compreensão do índice temos a participação em uma relação dinâmica: a interpretação a partir do objeto indexador do objeto. Há nele um poder de representação baseada na relação triádica. Faz-se como uma interpretação normativa do signo. O signo simbólico designa o seu objeto.

As nossas ideias, conceitos e pensamentos estão envolvidos e, ao mesmo tempo, formam essa cadeia semiótica. O pensamento é um processo de acompanhamento consciente das relações entre os signos. Essa percepção a respeito do pensamento levou à definição de três tipos de lógica: dedução, indução e abdução. Dentre esses modelos de lógica, a maior

delas é a abdução. “A abdução é o processo de formação de uma hipótese explanatória. É a única operação lógica que apresenta uma idéia nova.” (PEIRCE, 1992b, p. 171). Na abdução a verdade das premissas não garante a verdade da conclusão. Peirce costumava designá-la como lógica para coisas não observadas. “A abdução, ao fim das contas, não é senão uma conjectura.” (PEIRCE, 1992b, p. 219). Abriga um método científico para o conhecimento e um método comunitário para a solução dos problemas.

2. James, a metafísica e o empirismo

A popularização do pragmatismo se deu pela atuação de William James (1842-1910), com suas célebres conferências publicadas sob o título de “*Pragmatismo*”.

Alguns conceitos da filosofia de James são importantes para a compreensão da linguagem, especialmente as suas reflexões sobre a “reforma” do empirismo e a teoria da verdade. O estudo da linguística pretende se situar no campo do pensamento empírico. Temos uma relação entre o pragmatismo e a linguística.

Para Peirce, o pragmatismo é fundamentalmente um método de esclarecimento de conceitos; em outras palavras, trata-se de uma teoria da significação e situa-se nos caminhos da lógica. Em James, o pragmatismo é muito mais amplo e transformou-se a tal ponto que os dois filósofos romperiam e Peirce passaria a designar suas teorias pela expressão “pragmaticismo”. William James entende o pragmatismo não apenas como um método de determinação de significados, mas também como uma teoria da verdade, que supunha estivesse implícita nas ideias de Peirce. (MARICONDA, 1979, p. XI).

O pensamento de William James pode ser considerado precursor da filosofia da mente ou da psicologia filosófica. Com sua obra *Princípios de Psicologia*, ele inaugura esse conceito. A aceitação do darwinismo e da psicologia experimental é outra característica do pensamento jamesiano. O homem, segundo sua concepção, é um organismo físico, inserido em um ambiente natural.

A verdade é que as amplas sucessões de discurso humano não são nada além de sinais de direção no pensamento, de qual direção nós, temos um sentido agudamente discriminativo, não obstante nenhuma imagem sensorial definida desempenhe qualquer papel nele. As imagens sensoriais são fatos psíquicos estáveis; podemos mantê-las quietas e observá-las, tanto quanto queiramos. Estas imagens vazias do movimento lógico, ao contrário, são transações psíquicas, por assim dizer, sempre em voo e que não podem ser vislumbradas a não ser no voo. (JAMES, 1979b, p. 141).

Para James, a questão da linguagem está ligada com o problema da verdade no empirismo. O pragmatismo, segundo sua proposição, procura tratar desses temas e assim a linguagem não está livre dessa pretensão de verdade definida a partir do plano pragmático.

3. Dewey e a Significação da Experiência

Para Dewey, a experiência de significação deve ser a marca da linguagem. Esse é um tema caro ao pragmatismo.

O conceito de reconstrução da experiência é fundamental no pensamento de John Dewey. Podemos sustentar que ele é o cerne do pensamento epistemológico deweyano. A grande intenção de Dewey em sua filosofia foi proporcionar a reconstrução da experiência.

Para isso, seria necessário superar os profundos dualismos ou antagonismos que marcaram a história do pensamento ocidental.

A busca pela unidade da experiência em Dewey é a procura por conjugar conceitos ou realidades aparentemente opostas. Reunir em um mesmo plano, pensamento e ação é o seu objetivo. A atividade intelectual, para Dewey, não pode estar separada do fazer prático ou da vida cotidiana.

Em seu livro *Conhecimento, Valor e Educação em John Dewey*, Maria Isabel Moraes Pitombo sustenta que o “criticismo” é um postulado metodológico da filosofia de Dewey. É válido lembrar que sua tese de doutorado, defendida na *Johns Hopkins University*, foi sobre a psicologia de Kant. Disso é possível entender que Dewey conhecia profundamente o pensamento kantiano e o seu criticismo metodológico. Sendo assim, o seu recurso ao criticismo pode ser expressão da influência de Kant sobre sua filosofia. Essas idéias de Dewey são fundamentais para a compreensão da sua noção de História e de sua crítica à filosofia. “Os fenômenos encobrem as coisas em si. Logo a experiência separa-nos da natureza por um véu.” (PITOMBO, 1974, p. 43).

Para Dewey (1959), a experiência na educação pode se dar de duas maneiras: uma passiva, ligada à consequência prática da experiência e outra ativa, presente nas diferentes tentativas de experimentação. Desse modo, a experiência não é primariamente cognitiva. O aprendizado na proposta deweyana se dá pela experimentação. Ele se realiza em uma espécie de associação retrospectiva e prospectiva entre aquilo que fazemos às coisas e aquilo que, em consequência, essas coisas nos fazem gozar ou sofrer.

As significações com que os atos se enriquecem dizem respeito à natureza e ao homem. Isto é um evidente truísmo que adquire, contudo, significação quando traduzido em equivalentes educacionais. Significa, então, que a geografia e a história fornecem material que criam o fundo de quadro e a perspectiva intelectual para aquilo que de outra forma seriam simples ações estreitamente pessoais ou meras modalidades de perícia técnica. Não somos cidadãos de nenhuma insignificante aldeia ao descobrirmos o espaço, a cena de que somos participantes e a continuidade da manifestação dos esforços no tempo, da qual somos herdeiros e participantes. (DEWEY, 1959b, p. 229).

Uma primeira característica que podemos apresentar a respeito da experiência é a de que ela é ativo-passiva. Não é primariamente cognitiva, mas receptiva, não-ativa de início. Ela é uma tentativa de significação. Em um segundo plano, está a constatação de que o valor de uma experiência reside na percepção das relações ou continuidades a que elas nos conduzem. Aqui se trata propriamente da experiência cognitiva enquanto tal. Ela é cognitiva por que é cumulativa, ou seja, se relaciona com as demais experiências da comunidade humana que se somam a do indivíduo que a realiza. É também significativa, isto é, está relacionada ao interesse do indivíduo.

A experiência deve relacionar e associar os conhecimentos. Podemos falar de dois tipos de apreciação na experiência: reflexiva e irreflexiva. O primeiro modelo é o pensamento reflexivo proposto por Dewey. Já o segundo é a proposta da passividade, da metodologia que desconsidera a ação prática no pensamento.

A filosofia deweyana é um pensamento que se percebeu na tentativa de conectar o pensamento reflexivo com os acontecimentos da experiência diária. O método empírico, do qual o pragmatismo faz parte, requer da filosofia que os métodos refinados sejam submetidos à experiência primária, que está no plano da relação com as emoções e impressões primeiras. Suas conclusões devem ser trazidas à experiência ordinária, em toda a sua rudeza, a fim de serem verificadas. Assim a filosofia se torna uma crítica de preconceitos.

Dewey critica as filosofias que se distanciaram da experiência ordinária: escolasticismo, sensacionismo, racionalismo, idealismo, realismo, empirismo, transcendentalismo e o próprio pragmatismo. Afirma que: uma filosofia empírica é, de qualquer modo, algo como despir-se intelectualmente. (DEWEY, 1958, p. 185). Com a intenção de aproximar mais o pensar da vida prática, da experiência comum.

Um único princípio garante unidade ao pensamento deweyano: a continuidade. Dewey considera que a filosofia clássica isolou o eu do mundo, o conhecimento da ação e a teoria da prática. O pensamento deweyano, nesse sentido, como construção teórica, responde a uma necessidade eminentemente prática do mundo uno no qual crê o filósofo tão fervorosamente. Trata-se da necessidade de estabelecer uma organização social que estimule a flexibilidade das interações entre os indivíduos. Esse ideal de continuidade está presente, entre outras obras, em *Democracia e Educação*, considerada sua obra-prima.

A filosofia, bem como as demais experiências humanas, segundo a visão do pragmatismo e também deweyana, deve ser reconstruída, isto é, pensada sob o viés utilitário, pragmático, que até então permaneceu distante do universo do conhecimento. Para Dewey e os pragmatistas, o conhecimento, que até então era visto em si mesmo, distante de sua significação útil, e ainda justificado por uma lógica racionalista que o legitimava, deveria se aproximar da experiência cotidiana. Tratava-se da superação das dicotomias geradas pelo dogmatismo gnosiológico que buscava para si uma fundamentação supranatural. Contra isso, afirma o pragmatismo, há a necessidade da substituição desse modelo de dogmatismo pelo método experimental.

A função da mente é tomar decisões e controlar o comportamento humano. James e Dewey são naturalistas incomuns, não materialistas, não deterministas, preveem a experiência controlada por leis naturais, mas voltada para os interesses humanos. O homem seleciona, filtra e configura as experiências do mundo. A liberdade encontra muito espaço nessas teorias, em um tipo de voluntarismo, em que o organismo vivo vai empreender as justificações de que necessita para viver.

4. As aproximações entre Pragmatismo e Linguística

Responder à questão proposta no início deste artigo sobre “*como a linguística utiliza os conceitos do pragmatismo*” evoca um esforço intrincado e tão variado de afirmações quanto o número de estudos e pesquisadores que se dispuseram a solucioná-la.

A despeito das várias tentativas de respostas que declaradamente se inserem no “pragmatismo linguístico”, buscou-se evidenciar até aqui, em meio à reconstituição do percurso filosófico e histórico, o que torna possível o reconhecimento desse diálogo.

Parte-se da premissa de que os estudiosos do pragmatismo têm um pressuposto em comum: o *uso concreto* da linguagem e as condições que governam essa prática.

Diferentemente da dicotomia saussureana clássica — *língua vs fala* — (SAUSSURE, 1971), o pragmatismo linguístico defende a não-centralidade da língua em relação à fala e à sua produção social. Tais estudos objetivam explicitar o que é a linguagem e analisá-la trazendo para a definição os conceitos de sociedade e de comunicação, descartados pelo estruturalismo do linguista genebrino ao retirar da língua a fala e os seus usuários. A tentativa é explicar a língua em *uso* e não ignorar qualquer elemento não-convencional. Ou seja, os elementos de ‘exceção’ não devem ou podem ser rejeitados.

A preocupação com a língua em uso encontra respaldo nos estudos kantianos quando, ao procurar caracterizar os limites, o alcance e o valor da razão, objetivavam avaliar como a

mente é capaz de construir representações. A concepção de *representação* aqui é linguística e o foco dos estudos deveria ser a filosofia da linguagem. Nesse sentido, é que as contribuições de Wittgenstein (1996) rompem com a concepção tradicional de que a língua tem a função de designar seres. É a língua que cria os objetos e o significado da palavra está associado ao *uso*.

O autor austríaco faz uma crítica incisiva à teoria subjetivista e mentalista do significado. Para ele, não há de um lado o pensamento e de outro a linguagem. Ambos são indissociáveis e simultâneos. Além disso, a linguagem, por sua própria constituição, é “pública”, isto é, não há uma linguagem própria ao indivíduo. Se falar é seguir *regras*, então, segundo Wittgenstein, só é possível segui-las como uma atividade controlada, publicamente, no exercício da comunicação.

A importância do *uso* ganha uma dimensão mais complexa em Wittgenstein porque não se refere apenas à inserção de palavras em frases, mas a uma situação de *ação* com finalidade prática, como um exercício de influência de uns sobre os outros em um ambiente complexo. A esse ambiente, o autor denominou “jogo de linguagem” ou *Sprachspiel*, uma atividade regulada e partilhada.

Em um dos mais emblemáticos parágrafos das *Investigações* (1996, § 23), ele assim se manifesta:

A expressão jogo de linguagem deve indicar aqui que falar uma língua faz parte de uma atividade, de um modo de viver. Imagine a variedade dos jogos de linguagem com a ajuda dos exemplos seguintes e de outros mais: - ordenar ou agir, segundo regras; - descrever um objeto em função de sua aparência ou de suas medidas; - fabricar um objeto segundo instruções; - levantar uma hipótese e submetê-la a verificações; - representar por meio de quadros e de diagramas os resultados de uma experiência; inventar uma história; - fazer teatro; - cantar cantigas de roda; - resolver charadas; - pedir; - agradecer; - amaldiçoar; - cumprimentar; - rezar.

Depreende-se dessas afirmações o interesse voltado para as relações entre significado, uso e a pragmática porque, segundo Marcondes (1992, p.41)

Quando a linguagem é adquirida, o que se adquire não é pura e simplesmente uma língua, suas regras especificamente linguísticas, mas todo um sistema de práticas e valores, crenças e interesses a ele associados. É neste sentido que podemos falar em aquisição de uma pragmática.

Se se podem constatar, de um lado, as decisivas influências e contribuições filosóficas para a constituição de uma pragmática propriamente linguística porque as concepções nos estudos linguísticos passam a assumir uma feição mais “funcionalista”, isto é, tentam explicar a língua sob o ponto de vista de sua organização, estrutura e as possíveis relações desta com outros elementos internos ou externos ao sistema linguístico; por outro lado, as investigações encaminham-se para uma ampla e diversificada área, adquirindo alcances que implicam temas mais amplos e variados focos.

O primeiro foco coloca o pragmatismo linguístico frente ao desafio de definição de *uso* e suas diferentes perspectivas. O uso pode ser concebido como a realização de um significado sob o ponto de vista do “falante”. Sob o ponto de vista do contexto, o uso leva em conta o modo como os falantes organizam seus enunciados, o que querem dizer, como vão dizer, onde e quando vão dizer e sob que circunstância. Além disso, pode voltar-se para o significado subjacente, o “não dito”. Outra relação pode ser estabelecida se fatores extralinguísticos como proximidade/distanciamento físico, social, sociocultural, afetivo, envolvidos na comunicação, determinam entre ouvintes ou falantes o modo como os participantes estabelecem essa interação, como e o quanto precisam dizer.

O segundo foco é que essa teoria do uso linguístico distingue-se diametralmente do chamado polo formalista de competência gramatical ideal e abstrata da língua e dos seus usuários. A competência aqui se respalda na comunicação e no âmbito da competência pragmática em que fatores extralinguísticos como contexto situacional, cena comunicativa e seus participantes, normas, convenções linguísticas e sociais, atribuição de papéis e suas funções entram em jogo na cena enunciativa. Não se trata, pois, de se estabelecer uma dicotomia entre fatores internos e externos à língua.

O terceiro foco coloca o pragmatismo linguístico frente à questão do *contexto*. Onde exatamente ele começa e termina? É possível delimitá-lo?

Segundo Armengaud (2006), a partir de um “tratamento formal e extensional da pragmática é possível estabelecer uma tipologia quadripartite”, distinguindo-se: i) o contexto circunstancial, factual, existencial e referencial em que a identidade dos interlocutores, o ambiente físico, o lugar e o tempo em suas sentenças são expressas “contém os indivíduos no mundo real”; ii) o contexto situacional ou paradigmático em que a “situação” é socialmente reconhecida com uma ou mais finalidades e um sentido imanente é partilhado pelos protagonistas de uma certa cena em que as experiências discursivas se inserem. Nesse caso, as frases proferidas só terão sentido e estiverem naquela prática em questão; iii) contexto interacional em que os atos de fala seguem um encadeamento proposto pelos interlocutores do discurso; iv) contexto pressupositional – a constituição de tudo o quanto está presumido pelos interlocutores. Equivalem às crenças, expectativas, intenções entre os interlocutores.

A par dessa tipologia quadripartite, é possível estabelecer um conceito “unificado” para a questão de contexto, se a perspectiva for a do desenvolvimento de uma pragmática “pura”, ou seja, “contexto do qual dependem as frases é o mesmo que serve para analisar os atos de fala e no qual as regras de uma conversação são enunciados” (ARMENGAUD, 2006, p.82). O objeto aqui é tratar aquilo que nas línguas naturais deriva das condições gerais de comunicação. Nesse caso, o contexto evolui simultaneamente ao discurso. Cada ato de fala muda o contexto e intima o interlocutor a uma resposta. Nesse caso, o contexto é *efeito* de atos de fala anteriores e *causa* para os posteriores. É indispensável saber o que é apropriado dizer, distinguir entre as possibilidades.

Como o campo de investigação do denominado “pragmatismo linguístico” se define por pesquisar o *uso* e o *contexto* sob diferentes perspectivas, os temas escolhidos para análise são amplos e ganham trajetos plurais. A influência de grupos filosóficos nas seleções de objetos e métodos evidenciará tais correntes e perspectivas, destacando-se, neste artigo, os trabalhos de Grice (1975) e as implicaturas conversacionais, Austin (1955) e (1962) e Searle (1981) e os atos de fala bem como os estudos da comunicação e a constituição da realidade social por meio da linguagem.

5. Influências diversas

Um dos mais decisivos trabalhos para ao desenvolvimento de pragmática linguística é o do filósofo Grice (1957) com “Meaning” e revisado depois em 1975, em que apresenta um sistema conceitual extremamente eficaz para o tratamento das complexas questões que envolvem o problema da significação na linguagem natural. Conforme já havia demonstrado em “Meaning”, a preocupação central de Grice era encontrar uma forma de descrever e explicar os efeitos de sentido que vão além do que é dito. Em última análise, como é possível que um enunciado signifique mais do que literalmente expresso? Deve haver algum tipo de regra que permita a um falante (A) transmitir algo além da frase e a um ouvinte (B) entender esta informação extra. O autor introduz os termos técnicos implicitar (*implicate*), implicatura

(*implicature*) implícito (*implicatum*) com objetivo de organizar um sistema explicativo dessa significação que (A) e (B) podem entender, mas que, efetivamente, não foi dito. Existem, segundo o autor, dois tipos básicos de implicaturas: a convencional, gerada internamente no sistema linguístico e as conversacionais, que não dependem da significação usual, mas determinadas por certos princípios básicos do ato comunicativo.

Quando dois indivíduos estão dialogando, existem leis implícitas que governam o ato comunicativo. Isso significa que, mesmo inconscientemente, os interlocutores trabalham a mensagem linguística de acordo com certas normas comuns que caracterizam um sistema cooperativo entre eles, para que as informações possam ser trocadas o mais univocamente possível. Grice chama, a esse conjunto de regras, "princípio de cooperação". Tal princípio é elaborado com base em uma fórmula geral assim proposta: faça a sua contribuição na conversação, em atendimento ao solicitado, no momento próprio, com vistas aos propósitos comuns e imediatos, de acordo com os compromissos conversacionais estabelecidos.

A partir desse princípio, Grice, retomando uma formulação kantiana, sistematiza o seu "princípio de cooperação" (PC) por meio de quatro categorias fundamentais articuladas a máximas e submáximas: i) máxima da quantidade (seja informativo); ii) máxima da qualidade (seja verdadeiro); iii) máxima da relação (seja relevante); iv) máxima do modo (seja claro).

A importância dos estudos de Grice manifesta-se, sobretudo, na consideração de que o falante não é um mero usuário da língua, mas seu intérprete, participante ativo das interações, capaz de modificá-las e conduzi-las segundo seu propósito nas interações que vai construindo. Essa perspectiva expõe o aspecto criativo nas mãos de um sujeito e recupera as bases para a relação entre linguagem e conhecimento de mundo.

6. Teoria dos atos de fala

A Teoria dos atos de fala, baseada nas conferências de Austin, sob o título de *How to do things with words* de 1955 e publicada em 1962, concebe a linguagem como atividade construída pelos interlocutores. É impossível discutir linguagem sem o ato de estar falando em si. Ou seja: a linguagem não é uma descrição de mundo, mas ação. Sob essa perspectiva, não fazemos apenas declarações, mas realizamos coisas. Por isso ele é o introdutor do conceito de "ato performativo", que implica noção relativa ao valor de verdade ou falsidade de um enunciado. Distingue entre os enunciados performativos, como aqueles que realizam ações porque são ditos e os constitutivos, que realizam uma afirmação, falam de algo. Para Austin, três atos simultâneos estão envolvidos, quando dizemos algo: i) o ato locutório ou conteúdo linguístico; ii) ato ilocutório, ato central para o autor, está associado à força do dizer algo e à força de como é proferido; iii) ato perlocutório correspondente à indicação dos efeitos causados sobre o outro para dissuadi-lo, constrangê-lo, embaraçá-lo.

Uma constatação importante é que os atos de fala são muitas vezes ambíguos, podendo representar tanto uma promessa quanto uma ameaça. Nesse caso, é preciso que os falantes atentem para indícios explicitados no momento da fala, seu contexto entre os interlocutores.

A teoria dos atos de fala proporcionou profundas reflexões para o papel das convenções, práticas sociais, principalmente em relação à questão de ação e o sujeito que a enuncia ou a pratica. Embora Austin em muitos de seus trabalhos não tenha chegado a uma distinção que lhe parecesse satisfatória para os atos constativos-performativos (AUSTIN, 1998), é inegável como a teoria austiniana firmou-se na Linguística pela via interpretativa de Searle em *Speech Acts* (SEARLE, 1981). Nessa obra, o autor retoma questões importantes referentes à filosofia da linguagem, para construir um ponto de vista linguístico para a teoria dos atos de fala.

Ao adotar o conceito de “finalidade ilocutória” para a classificação dos usos linguísticos, salienta que há um número limitado de coisas que fazemos com a linguagem, mas de forma simultânea. Para o autor, “falar uma língua é adaptar uma forma de comportamento regido por regras (SEARLE, 1981, p. 33). Propõe uma taxionomia para a classificação dos atos ilocucionários. São eles: i) atos asseverativos – mostram o comprometimento do falante com a “verdade” de uma proposição; ii) atos diretivos – refletem na tentativa de levar alguém a realizar algo. São exemplos os convites, a sugestão, os conselhos, a ordem; iii) atos expressivos – consistem na expressão do sentimento e atitude dos falantes; iv) atos comissivos – atos cujos efeitos produzem mudança de comportamento por meio do que se diz. É o caso de um convite ou promessa; v) atos declarativos – requerem situações extralinguísticas para que se realizem e se baseiam nas instituições ocupadas pelos interlocutores. Esses atos promovem uma mudança de realidade. São exemplos as declarações, nomeações, ritos litúrgicos etc.

Além da divisão preconizada pelo Searle, sublinha-se a importante distinção entre ato ilocutório e força ilocucional. Searle observa que o ato corresponde às ações que podem ser realizadas; força ilocucional é o componente que motiva a diferença entre um ato e outro, numa palavra: a peculiaridade de cada ato. Essa diferença não depende de marcadores discursivos específicos, mas das situações concretas do discurso, isto é, seu contexto que fixa a força ilocucional da enunciação. Um ato *eficaz* ou *ineficaz* precisa ser enunciado de forma adequada às circunstâncias. Os graus variados da eficácia-ineficácia das forças desempenham funções diferentes e agregam vários atos e interpretações variadas. O entendimento de um enunciado leva em consideração, além do contexto linguístico, o extralinguístico sob a perspectiva de quem diz, quando o faz, para quem se dirige e como diz. Todos esses elementos circunstanciais estruturam o conteúdo enunciado.

Searle ainda chama atenção para o fato de que nem todos os atos de fala realizados expressam o significado almejado pelo falante. Há atos de fala indiretos que expressam, por exemplo, uma ordem por meio de uma sugestão. Esses atos indiretos denotam o grau, a força e o tipo de interação entre os interlocutores em questão. Decorrente dessa observação, pode-se encontrar outra importante contribuição de Searle para os estudos do que convencionou chamar de “teoria interacionista”, hoje em pleno desenvolvimento em contraste com a teoria clássica de Austin. Nela, enfatiza-se a concepção dialógica do discurso em que cada ato de fala não pode ser considerado isoladamente, mas como parte de uma troca linguística. Cada participante tornará seus atos de fala possíveis, plausíveis, satisfatórios e eficazes.

Embora nem todos os trabalhos relacionados aos atos de fala estejam ainda fundamentados na teoria austiana e na sua divulgação com Searle, pode-se dizer que abriram reflexões sobre uma realidade desconcertante: o que dizemos tem efeito sobre o sentido e o funcionamento linguístico. É uma constante fonte de experiência sobre a prática e a teorização do uso em língua.

Considerações Finais

Este artigo procurou evidenciar o diálogo entre os estudos do pragmatismo norte-americano e a constituição da pragmática linguística sob a influência dos estudos da filosofia da linguagem, do pragmatismo filosófico e da semiótica peirceana, com a ideia da relação entre signos em vários domínios. Percepção e pensamento são mediados por signos. Mostrou a popularização do pragmatismo com William James e a força da filosofia empirista com John Dewey, ao associar a avaliação de uma situação em função da prática cotidiana, ou seja, ao oferecer uma ancoragem à teoria do conhecimento. Usos e efeitos da linguagem correlacionam-se a questões de significação e a valores estéticos, morais, políticos e religiosos porque permitem influenciar e manipular os outros. Nesse caso, ao adquirem um valor de

ação sobre o outro, abrem espaço para reflexões acerca de questões relativas à comunicação humana, ao conjunto de atos instituídos, partilhados e repetidos por um sistema regulador e regulado pela linguagem.

O *uso* e o *contexto* são conceitos-chave para o que se denomina pragmatismo linguístico porque conferem uma dimensão constitutiva da realidade social. A perspectiva é a de que a linguagem não é um código neutro, livre de conflitos. Nesse sentido, elegeram-se, para este artigo, os enfoques de Grice (1975) e as implicaturas conversacionais e os de Austin (1955) e (1962) e Searle (1981) como referências para os estudos da interação verbal e perspectivas de trajetos plurais para a Linguística.

Referências bibliográficas

- AMARAL, M. N. C. P. *Dewey: Filosofia e Experiência Democrática*. São Paulo: Perspectiva/Edusp, 1990.
- ARMENGAUD, F.. *A Pragmática*. São Paulo: Parábola, 2006.
- AUSTIN, J.L. *How to do Things with Words: The William James Lectures delivered at Harvard University in 1955*. Oxford: Clarendon, 1962.
- _____. *Quando Dizer é Fazer*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1990.
- _____. Performativo-Constativo. In: OTTONI, P. R. *Visão Performativa da Linguagem*. Campinas: UNICAMP, 1998.
- BACHA, M. L. *A Teoria da Investigação de Charles Sanders Peirce*. São Paulo: Cena Um, 1998.
- BARBOSA, A. M. *John Dewey e o Ensino da Arte no Brasil*. São Paulo: Cortez, 2002.
- COSTA, J. C. Apresentação. In: SILVEIRA, J. R.C. & FELTES, H.P M. *Pragmática e Cognição*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2002.
- CUNHA, M. V. *John Dewey: Uma Filosofia para Educadores em Sala de Aula*. Petrópolis: Vozes, 1998.
- DEWEY, J. *A Arte como Experiência*. Trad. M.O.R.P. Leme. São Paulo: Abril Cultural, 1980.
- _____. *A Filosofia em Reconstrução*. Trad. E.M. Rocha. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1958.
- _____. *Como Pensamos*. Trad. H.C. Campos. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1959a.
- _____. *Democracia e Educação*. Trad. G. Rangel e A. Teixeira. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1959b.
- _____. *Experiência e Natureza*. Trad. M.O.R.P. Leme. São Paulo: Abril Cultural, 1980.
- _____. *Lógica: A Teoria da Investigação*. Trad. M.O.R.P. Leme. São Paulo: Abril Cultural, 1980.
- EISELE, C. *Historical Perspectives on Peirce's Logic of Science*. Berlin/New York/Amsterdam: Mouton, 2 Vols., 1985.

- GRICE, H.P. Logic and Conversation. In: COLE, P; MORGAN, J. (eds). *Speech Acts*. New York: Academic Press, 1975. (volume 3: syntax and semantics).
- JAMES, W. *Ensaio de Empirismo Radical*. Trad. P.R. Mariconda. São Paulo: Abril Cultural, 1979a.
- _____. *O Significado da Verdade*. Trad. P.R. Mariconda. São Paulo: Abril Cultural, 1979b.
- _____. *Pragmatismo*. Trad. J. C. Silva. São Paulo: Abril Cultural, 1979c.
- MARCONDES, D. *Filosofia, Linguagem e Comunicação*: São Paulo, Cortez, 1992.
- MARICONDA, P. R. *William James*. São Paulo: Abril Cultural, 1979.
- MEY, J.L. Poet and peasant: a pragmatic comedy in five acts. *Journal of Pragmatics*, Amsterdam n.11. p, 281-297,1987.
- PEIRCE, C. S. *The Essential Peirce*. Ed. N. Houser et al. Bloomington: Indiana University Press, 1992a. v. 1.
- _____. *Reasoning and The Logic Things*. Cambridge: Harvard University Press, 1992b.
- PITOMBO, M. I. M. *Conhecimento, Valor e Educação em John Dewey*. São Paulo: Pioneira, 1974.
- SANTAELLA, L. *O Método Anticartesiano de C. S. Peirce*. São Paulo: Editora UNESP, 2004.
- SAUSSURE, F. *Curso de Linguística Geral*. 3 ed. Trad.. A. Cheline. J. P. Paes e I. Blikstein. São Paulo: Cultrix, 1971.
- SEARLE, J. R. *Os Actos de Fala: um estudo de filosofia da linguagem*. Coimbra: Almedina, 1981.
- SILVEIRA, J. R. C. & FELTES, H.P M. *Pragmática e Cognição*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2002.
- SHOOK, J. R. *Os Pioneiros do Pragmatismo Americano*. Trad. F. B. Said. Rio de Janeiro: DP&A, 2002.
- WITTGENSTEIN, L. *Investigações Filosóficas*. Trad. M. G. Montagnoli. Petrópolis: Vozes, 1996.